

REVISTA

SABERES *da* AMAZÔNIA

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 7 | N. 13

JANEIRO - DEZEMBRO 2022 | ISSN: 2448-0576

Ideologia ultraconservadora na Psicologia: avanço e necessidade de superação a partir da perspectiva decolonial

Ultraconservative ideology in Psychology: progress and the need to overcome from the decolonial perspective

Leandro Aparecido Fonseca Missiatto¹

Fábio Rodrigues Carvalho²

Daylan Maykiele Denes³

Resumo:

Este estudo aborda o avanço do pensamento ultraconservador de extrema direita entre psicólogos e psicólogas naquilo que os adeptos a esse movimento auto intitulam de psicologia conservadora. O objetivo é refletir sobre esse fenômeno dentro da Psicologia, seus impactos na ciência e profissão psicológica, suas conexões com grupos extremistas de direita e a necessidade de uma revolução decolonial para superação dos limites impostos pela colonialidade. Trata-se de uma pesquisa etnográfica no campo do ciberespaço em que foram realizadas buscas em redes sociais, Facebook, Instagram e plataforma de *podcasts*, entre novembro e dezembro de 2020, com o intuito de identificar movimentos organizados por psicólogos e psicólogas que tratassem da disseminação do pensamento conservador e da promoção da suposta psicologia conservadora. Foram encontradas duas páginas no Facebook intituladas de Movimento Psicólogos em Ação (MPA) e Psicologia Conservadora, além de um *podcast* chamado Movimento Conservador. Os materiais selecionados foram discutidos à luz do pensamento decolonial.

Palavras-chave: Psicologia Decolonial; Psicologia Conservadora; Pensamento decolonial; Pensamento conservador de Extrema Direita; Direitos humanos.

Abstract:

This study addresses the advance of extreme right-wing ultraconservative thinking among psychologists in what adherents of this movement call themselves

1 Doutorando em Psicologia-UNISINOS; E-mail: leandro.aparecido@tjro.jus.br.

2 Mestrando de Psicologia; bolsista CAPES-Universidade Federal de Rondônia (UNIR); E-mail: fabio.relativity@gmail.com.

3 Mestranda de Psicologia; bolsista CAPES-Universidade Federal de Rondônia (UNIR); E-mail: dayland44@gmail.com.

conservative psychology. The objective is to reflect on this phenomenon within Psychology, its impacts on science and the psychological profession, its connections with right-wing extremist groups and the need for a decolonial revolution to overcome the limits imposed by coloniality. This is an ethnographic research in the field of cyberspace in which searches were carried out on social networks, Facebook, Instagram and podcasts platform, between November and December 2020, in order to identify movements organized by psychologists that dealt with the dissemination of conservative thought and the promotion of supposedly conservative psychology. Two Facebook pages entitled Movimento Psicólogos em Ação (MPA) and Conservative Psychology were found, as well as a podcast called Movimento Conservador. The selected materials were discussed in the light of decolonial thinking.

Keywords: Decolonial Psychology; Conservative Psychology; Decolonial thinking; Far Right Conservative Thinking; Human rights.

INTRODUÇÃO

Em seus quase 70 anos de profissão no Brasil a Psicologia sedimentou o discurso de defesa de direitos humanos e ao longo do tempo tem promovido ações em prol de pessoas LGBTQIA+, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas negras, indígenas, infância e juventude, idosos e, mais recentemente, do meio ambiente. Contudo, na segunda metade da década de 2010, expandiu-se em paralelo a essas práticas uma corrente de pensamento autodenominada de psicologia conservadora que aliada com a atual política de extrema direita no Brasil adota uma agenda atentatória aos direitos do ser humano.

Em 2019, um grupo de psicólogas e psicólogos evangélicos que disputava a presidência do Conselho Federal de Psicologia (CFP), chapa 24, encontrou-se com a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves, para discutir formas de autorizar a terapia para “conversão” de homossexuais em ex-homossexuais⁴. Essa chapa defendia o enfrentamento ao que chamavam de aparelhamento ideológico de gênero dentro da Psicologia e suas refletidas ameaças às famílias brasileiras. Os conteúdos das críticas elaboradas por esse grupo diziam respeito à objeção ao entendimento do CFP quanto à liberdade de gênero e

4 PUTTI, Alexandre, Damarens recebe grupo de ex-gays e psicólogos que defendem a cura LGBT, *Carta Capital*, 2019.

orientação sexual, aos direitos da mulher para realização de aborto, à educação de gênero na escola, etc. Para os componentes da chapa 24, as ações do CFP colocavam em risco as crianças e suas famílias, uma vez que tais práticas progressistas atentavam contra o bom funcionamento das famílias tradicionais.

As proposições da chapa 24 são efeitos sensíveis de uma longa disputa traçada internamente na Psicologia desde finais da década de 1990, quando o CFP passou a proibir, por meio da Resolução N^o. 001/1999, qualquer forma de patologização da orientação sexual, o ato normativo do Conselho Federal de Psicologia foi cercado por polêmicas e embates, principalmente por profissionais identificados como “psicólogos cristãos” que reivindicavam publicamente seu direito de oferecer auxílio terapêutico para reverter a homossexualidade⁵. Deriva disso a noção de que as contestações decorrentes aos entendimentos atuais do CFP não se encerram nos limites profissionais, longe disso, remetem às históricas disputas políticas e narrativas em relação aos gêneros e sexualidades, descortinando severas pretensões de legitimação da cisgeneridade e heterossexualidade como padrões normativos⁶. Diante de tal cenário, este estudo de caráter etnográfico realizado no campo do ciberespaço tem como objetivo refletir sobre o avanço do pensamento ultraconservador entre psicólogas e psicólogos do Brasil, suas conexões com grupos extremistas de direita e a necessidade de uma revolução decolonial dentro da Psicologia. Para a produção deste trabalho foram realizadas buscas em redes sociais, Facebook, Instagram e plataformas de *podcast*, entre novembro e dezembro de 2020, com o objetivo de identificar movimentos organizados por psicólogos e psicólogas que tratassem da disseminação do pensamento conservador e da suposta psicologia conservadora. Foram encontradas duas páginas no Facebook intituladas de Movimento Psicólogos em Ação (MPA) e Psicologia Conservadora, além de um *podcast* chamado Movimento Conservador. Os materiais selecionados foram discutidos à luz do pensamento decolonial, já que, segundo Mignolo⁷, tal

5 DE MACEDO, Cleber Michel Ribeiro; SÍVORI, Horacio Federico, Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de “psicólogos cristãos” brasileiros no século XXI, **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 4, p. 1415–1436, 2018.

6 DE MACEDO, Cleber Michel Ribeiro; SÍVORI, Horacio Federico, Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de “psicólogos cristãos” brasileiros no século XXI, **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 4, p. 1415–1436, 2018. TEIXEIRA, Thiago, **Decolonizar valores, ética e diferença**, 1. ed. [s.l.]: Devires, 2021.

7 MIGNOLO, W, Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar (S. R. Oliveira, Trad.), **Editores UFMG.(Trabalho original publicado em 2000)**, 2003.

epistemologia não se limita a uma filosofia, mas também em meios teórico-metodológicos para análises do mundo moderno, seus conflitos e desafios.

1. COLONIALIDADE, DIFERENÇA ONTOLÓGICA, MODERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA

Antes de avançar em questões que de fato motivam este artigo, é preciso algumas considerações sobre a formação da Psicologia nas Américas, uma vez que os problemas que aqui se manifestam fazem parte de uma complexa genealogia do poder e de dominação que no Sul-global se descortinou a partir do século XVI com a colonização dos povos indígenas, africanos e mais tardiamente asiáticos⁸. É nesse cenário conflitivo que emerge a modernidade e com ela a Psicologia, fruto direto da colonização e imposição do pensamento eurocêntrico. Nesse sentido, faz-se necessário discutir, mesmo que brevemente, alguns conceitos que são fundamentais para compreensão da Psicologia enquanto ciência e profissão, expressa nesse tempo que chamamos de modernidade.

Talvez a questão mais elementar a ser discutida a respeito da colonização não seja a instituição desse sistema em si, mas seus desdobramentos a partir daquilo que Aníbal Quijano⁹ popularizou como colonialidade. O termo colonialidade diz respeito às dimensões simbólicas e concretas derivadas das práticas e discursos do colonialismo e dos seus agentes de execução, que mantém ativas as relações de poder que atuam para exploração dos povos colonizados¹⁰. A colonialidade surge como um produto simbólico e material que funciona plenamente, mesmo já tendo sido concluso o colonialismo enquanto regime político. Para tanto, a colonialidade se expande como um modo de vida social edificado no padrão histórico de subjugação dos corpos, mentes e propriedades das identidades afrodescendentes, indígenas, não cristãs, transexuais e homossexuais. A colonialidade é, nesse contexto, uma instituição social produzida por uma engenharia robusta composta por várias tecnologias assentadas em políticas, organizações, sistemas econômicos e valores religiosos que lançam reiteradas vezes um olhar desigual às diferenças,

8 DE SOUSA SANTOS, Boaventura, **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**, [s.l.]: Autêntica, 2019.

9 QUIJANO, A Colonialidade, poder, globalização e democracia, **Novos rumos**, v. 37, n. 37, p. 4–28, 2002.

10 TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo, A resistência à colonialidade, **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18–26, 2017.

fazendo daqueles que destoam dos padrões do colonizador, vidas consentidas apenas como meros excedentes.

Enquanto herança direta do colonialismo, a colonialidade desenvolve seu programa de exploração da natureza e das vidas subjugadas a partir de um intenso e profundo pacto colonial estabelecido entre brancura, cisheterossexualidade, patriarcado, cristandade e burguesia capitalista. A lealdade a esse pacto é requisito fundamental para o funcionamento dos diversos sistemas de extorsão da vida, de tal modo que racismo, homofobia e desigualdades sociais só fazem sentido em uma lógica em que a diferença em si mesma seja ao mesmo tempo o mecanismo de favorecimento de alguns e desprestígio de outros, esses, por sua vez, tratados como sujeitos de subcidadania, cujo destino natural é o aniquilamento em massa.

É evidente que a diferença não pode ser determinada pelo único sentido de não igual, longe disso, a própria noção de diferença é produzida a partir de inúmeras significações que tendem a ser utilizadas não pela razão dos próprios sentidos linguísticos, mas, sim, pelo interesse dos grupos hegemônicos que administram a linguagem para produção de desigualdades, bem como pelos próprios grupos subalternizados que tendem a atribuir ao conceito de diferença a noção nuclear de equidade, beleza, naturalidade, resistência, etc. Interessa-nos, ao menos nesse momento, a percepção de diferença nutrida pelos grupos hegemônicos, uma vez que esses grupos se apropriam dessa irrevogável característica humana para legitimar a dominação e genocídio dos grupos explorados. Desse modo, a diferença é evocada pelos grupos dominantes para aprofundar os lugares distantes entre dominador e dominado a partir da linha abissal que chamo de diferença ontológica¹¹.

A diferença ontológica é o elemento fundamental para produção do sentido primário do colonizador que consiste em afirmar os não culturalmente semelhantes como seres primitivos, inferiores e animalizados. Essa diferença consiste, assim, no processo de drástica ruptura do *continuum* humano que passou a vigorar como padrão humanitário nas sociedades coloniais, sempre na perspectiva de depreciar as vidas que não são incorporadas pela brancura, cisheterossexualidade, patriarcado, cristandade e burguesia, escoando essas populações para as margens da humanidade¹². A diferença ontológica, diz respeito ao elemento central da produção da colonialidade/modernidade, pois é ela quem garante, em instâncias

11 MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca, **Colonialidade normativa**, [s.l.]: Editora Appris, 2021.

12 MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca, **Colonialidade normativa**, [s.l.]: Editora Appris, 2021..

mais nucleares, que as raças, gêneros e classes possam ser pilhados a partir dos referenciais autocentrados no sujeito europeu. É nesse contexto que a diferença é sempre reativada pelo dominador como mecanismo de *status*, ao mesmo tempo em que aborda a pessoa “diferente” como sujeito adversarial. Assim, por meio das desigualdades minuciosamente estruturas pelo poder colonial, brancura, heterossexualidade, cristandade e burguesia foram elevados como padrões humanitários, enquanto que os dissidentes foram convertidos em inimigos sociais¹³.

Mas a isso se impõe um dilema – aniquilar as diferenças implica em destituir os grupos hegemônicos dos perímetros sociais da superioridade, uma vez que a lógica que alimenta esse sistema é totalmente dialética. Ou seja, os dominantes necessitam dos dominados, pois em uma perspectiva horizontal não há espaços para relações de dominação¹⁴. Para sanar tal conflito imposto pelo sistema colonial, os grupos hegemônicos recorrem, indistintamente, ao capitalismo e suas engrenagens de objetificação, mercantilização da vida e descarte humano, como resposta essencial ao problema estrutural da noção ambivalente de diferença instituída na modernidade colonial. Isso se deve ao fato de o sistema capitalista não eliminar, ao menos imediatamente, a vida dos assimilados pelo discurso hegemônico como seres inferiores, já que suas ações consistem em naturalizar em inumanidade os não normatizados, tornando-os plenamente aptos à exploração capitalista, seja de seus corpos, mentes, cultura e habilidades, pois é somente após completa extorsão desses grupos que seu assassinato é pacificamente consentido.

Em tal perspectiva, as diferenças não são simplesmente tensionadas aos ditames da morte, elas são exploradas em vida para produção de riquezas concentradas por grupos historicamente privilegiados. Essa conjuntura é sensivelmente observada nas críticas elaboradas pelas pensadoras Nancy Fraser e Rahel Jaeggi¹⁵ sobre o capitalismo. Nosso problema social não se trata apenas de má distribuição de renda ou de condições precárias de trabalho, mas de um sistema em si mesmo que favorece desigualdades e não é capaz de funcionar para além dos limites da exploração de grupos socialmente marcados como passíveis à

13 FOUCAULT, Michel, É preciso defender a sociedade, **Lisboa: Livros do Brasil**, 2006.

14 GONZALEZ, Lélia, **Por um feminismo afro-latino-americano**, [s.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

15 FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel, **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**, [s.l.]: Boitempo Editorial, 2020

dominação¹⁶. É evidente que é somente por meio do capitalismo que o paradoxo das diferenças pode ser solucionado sem que as estruturas de privilégios de grupos específicos sejam ameaçadas. O capitalismo não apenas legitima no poder as diferenças autorreferenciadas como superiores, como também agencia aquelas que foram demarcadas pelas insígnias da inferioridade para produção de riquezas e privilégios destinados à burguesia.

Desse modo, seria um equívoco de ordem anacrônica a elaboração de considerações a respeito do sistema colonial e da colonialidade moderna em que as múltiplas formas de exploração das vidas subalternizadas fossem descoladas dos territórios do sistema capitalista, visto que, e.m nosso tempo, colonialidade, racismo, generificação e modernidade são termos distintos e com capacidade de operação isolada, mas que, em benefício de melhor performance, encontram-se todos interseccionados pelo capitalismo que age como catalisador para que essas estruturas operem com maior eficiência em sua hedionda arte de explorar a vida dos grupos subalternizados. Assim sendo, o que impera é um pacto travado entre capitalismo, racialização e generificação para promover o aprofundamento da diferença ontológica e, por consequência, a exploração dos não humanizados.

Emana ainda desse pacto, um denso processo de distinção ontológica que não se trata de pura metafísica, embora seja essa a recorrente abordagem que a filosofia vem dando à questão, trata-se na verdade de uma ontologia concreta encarnada na realidade de milhões, pois são essas distinções de caráter essencial que materializam as condições de vida e morte das vidas subjugadas. Judith Butcher em *Quadros de Guerra*¹⁷ aborda essa questão ao discutir que nem toda vida humana é uma pessoa, a definição de pessoa depende necessariamente do enquadre em que é alocada. Esse enquadre, por sua vez, refere-se aos valores, às normas, à moral e outras tantas crenças que servem para definir simbólica e materialmente uma vida. Outra questão apontada por Butler¹⁸ é que toda vida é, em sua natureza, precária, ou seja, cada vida necessita de cuidados para poder existir, contudo nem toda vida receberá os cuidados básicos para que lhe seja garantida a sobrevivência, apenas aquelas que se enquadram no conceito epistêmico e ontológico de pessoa terão acesso aos meios imprescindíveis para o exercício da existência. Evidencia-se,

16 FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel, **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**, [s.l.]: Boitempo Editorial, 2020

17 BUTLER, Judith, *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, 2020.

18 BUTLER, Judith, *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, 2020.

a partir de Butler,¹⁹ que as políticas de vida, exploração e morte são definidas a partir de enquadres produzidos por referenciais morais de uma ética flexível atrelada à moralidade colonial.²⁰

A colonialidade é o enquadre prioritário sob o qual a modernidade é construída, em que os valores normativos de humanidade são os decorrentes da constituição desse sistema – brancura, cisheterossexualidade, patriarcado, burguesia, etc. São esses enquadres que fundamentam as relações humanas e de trabalho. São, também, essas referências normativas que determinam, por exemplo, as biopolíticas ou necropolíticas sociais que são destinadas aos grupos discriminados pelas diferenças não conformadas pelos padrões normativos de raça e gênero. Como biopolíticas entendemos as estratégias de gerenciamento da vida a partir de biomarcadores como taxa de natalidade, mortalidade, sexualidade, longevidade, etc. Estratégias que funcionam como dispositivos de controle dos corpos, mentes e subjetividades dos sujeitos modernos.²¹ Já como necropolítica, concebemos as ações estatais ou paraestatais, que operam determinando como alguns sujeitos devem viver e morrer, distribuindo de modo desigual e injusto o acesso a direitos, que em últimas instâncias orquestram a morte de contingentes sociais desqualificados pelos sistemas de poder dominantes.²²

Tome-se como ilustração a seguinte situação constatada nas análises María Lugones²³ sobre a colonialidade de gênero. Na escravidão, mulheres e homens negros eram coisificados em propriedades dos senhores brancos e como objetos não diferiam entre si em gênero. Negras e negros trabalhavam nos latifúndios sob as mesmas condições extenuantes, sob a mesma jornada de exploração, todos se confundiam em uma massa inumana determinada pela virulenta crueldade do colonizador. A diferença fundamental entre escravos e colonos era ontológica, mulheres negras diferiam das mulheres brancas em sentidos abstratos e materiais de humanidade. A mulher negra não era mulher. Para garantir a propriedade e mesmo a prerrogativa de uma relação humana, os homens brancos consentiam às

19 BUTLER, Judith, Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?, 2020.

20 TEIXEIRA, **Decolonizar valores, ética e diferença.**

21 DANNER, Fernando, O sentido da biopolítica em Michel Foucault, **Revista Estudos Filosóficos UFSJ**, n. 4, 2017.

22 MBEMBE, Achille, Necropolítica, **Arte & ensaios**, v. 2, n. 32, p. 122–151, 2016.

23 LUGONES, María, Rumo a um feminismo descolonial, **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935–952, 2014; LUGONES, María, Colonialidade e gênero [2008], **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: **Bazar do tempo**, 2020.

mulheres brancas, certo poder, obviamente limitados, mas suficiente para atribuir-lhes o *status* de ser humano. O enquadre da diferença autorizava que negras fossem exploradas e assassinadas pela branquitude colonial, enquanto que mulheres brancas eram protegidas, com limitações, mas ainda assim protegidas da desumanização.

Agora avancemos na história para mais de dois séculos após a escravidão e façamos a seguinte observação: segundo dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2018, das 6,23 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, menos de 6% eram homens, 65% do total de mulheres eram negras e do montante de domésticas apenas 27% possuíam carteira assinada.²⁴ Os números discorrem sobre a condição da mulher negra como doméstica, uma empregada de famílias brancas, que executa os cuidados à branquitude com mínimas garantias trabalhistas, enquanto suas patroas brancas são assistidas de direitos que lhes proporcionam trabalho salubre e com seguridade social. Observa-se que da escravidão aos dias atuais o enquadre da colonialidade permanece inalterado, é ele quem condiciona a humanidade e a não humanidade a partir da diferença ontológica, distribuindo e restringindo direitos fundamentais para o bom funcionamento da vida. Para tanto, gênero, raça e classe são enquadres que definem as condições concretas de vida ou não vida das populações dos países subalternizados. Essa condição é essencial para o funcionamento de sociedades coloniais, mesmo que implique em grave constrangimento moral, ético, político, social e até mesmo espiritual.

Os enquadres coloniais conformam, dessa maneira, as assimetrias ontológicas dentro das sociedades modernas produzindo marcadores sobre determinados grupos assinalando-os como vidas menosprezáveis, permanentemente afirmadas na precariedade, menos vivíveis que as demais. Para tanto, a modernidade/colonialidade é o espaço, por excelência, para produção de identidades subalternizadas,²⁵ delineadas por enquadres que definem a morte desses grupos sociais. Essa modernidade não se faz, necessariamente, pela tática de recuperação do poder colonialista organizado em sua ancestral estrutura política,

24 DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus., **Estudos e pesquisa**, n. 96, 2020.

25 MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

filosófica e social, mas pela produção de recursos nacionais, desenvolvidos a partir dos escombros coloniais que garantam o apagamento de realidades, saberes e identidades que são intermitentemente desumanizadas, tudo isso em intenso vínculo com a modernidade gerenciada pelo Norte-global.²⁶

Assim, a produção de contingentes humanos desumanizados e permanentemente tensionados às margens sociais é fundamento necessário para que a estrutura segmentária de privilégios, historicamente legada à branquitude masculina, cisheterossexual, cristã, ocidental e burguesa, seja mantida. Subverter o Outro, apartado por marcadores não hegemônicos, em *commodities* é uma estratégia estrutural e estruturante da modernidade. Conforme Aníbal Quijano²⁷, a modernidade contemporânea só pode ser compreendida sob as lentes do colonialismo e da divisão de raças, ambos alimentados de modo dialético pelo capitalismo. Essa retroalimentação, promovida pela íntima relação de dependência entre colonialismo e capitalismo, impactou na construção de subjetividades marcadas intensamente pelos valores normativos que possuem em essência a dicotomia ontológica e a hierarquização da vida humana, como padrão estrutural. Para tanto, a formação social nos territórios colonizados diz respeito não apenas a um projeto político e econômico implantado sob a égide europeia, mas, sobretudo, a uma profunda e perversa transformação das subjetividades alheias em sub-humanos, o que lhes permitem a implantação seu modelo de “desenvolvimento” que trata, na verdade, de severa exploração da terra e da vida dos povos definidos como sujeitos não humanizados.

Desse modo, animalizar e objetificar o Outro foram e são estratégias utilizadas para transformar grandes contingentes humanos em mão de obra servil e explorável. Dispor das vidas não hegemônicas aos campos da opressão é um recurso eficiente tanto para o mercado de capitalização do existir quanto para o sujeito colonizador em si mesmo, que distantes de uma ética inflexiva se veem desresponsabilizados por implicar ao outro algum sofrimento. Para tanto, o longo e intenso processo de colonização das Américas, Caribe, África e Ásia promoveu a ampliação das margens da humanidade pressionando para seus limites, negros, indígenas, autóctones e outras diferenças que não se enquadravam nos padrões

26 OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão, Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil, **Educação em revista**, v. 26, n. 01, p. 15–40, 2010.

27 QUIJANO, A. Colonialidade. poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, v. 37, n. 37, p. 4-28, 2002.

eurocêntricos. Esse processo provocou uma vertiginosa onda que fez da maioria de nós uma espécie irracional, impotente e bruta de ser humano, absorvida pela crítica eurocêntrica como verdadeiros inimigos do bem comum.²⁸

Diante desse quadro, a afirmação só pode ser uma – se a modernidade é o lugar simbólico e concreto da produção interseccional de violências raciais, de gênero e de classe social, é impossível que derive da modernidade qualquer coisa que não tenha relação maior ou menor com as estruturas de dominação que fundam esse tempo sócio-histórico. Ou seja, na modernidade, povos do Norte e do Sul, brancos, negros e indígenas, homens, mulheres e LGBTQIA+, enfim, ninguém é capaz de escapar aos efeitos desses sistemas que penetram no mundo atual com intenso vigor destrutivo. Nesse contexto, a Psicologia não difere dessa realidade social, enquanto ciência e profissão não se encontra descolada da realidade sócio-histórica do mundo, sendo ela mesma reflexo esfumado da realidade complexa em que está inserida. Logo, a Psicologia possui como questão essencial duas ações que se encontram entrelaçadas: a primeira diz respeito à responsabilidade permanente de conhecer-se como parte desse passado de opressão; a segunda é o compromisso fundamental com o ser humano, mas sempre a partir de novos enquadres que possibilitem a ruptura aos velhos paradigmas de promoção de desigualdades.

A conexão dessas questões prioritárias à Psicologia reside na convicção de que entre as populações marginalizadas pelo enquadre colonial e o mundo a elas imposto, existe algo denso, escorregadio que exige nada menos que o sofrimento de muitos, algo determinado pela expressão do limite do suportável. A constatação resultante da opressão colonial contra negros, indígenas e LGBTQIA+, resulta na seguinte verdade: as vidas exploradas sofrem; sofrem pela violência, pela destituição de humanidade, pela indiferença, pela miséria, pelo não Ser. Diante desse estupor, qualquer ciência ou mesmo os mais gentis e aprazíveis sentimentos que considerem a vida humana como o maior e mais precioso bem, deve voltar-se inteiramente para essa questão, a do sofrimento de quem é explorado. É, portanto, nesse espaço de fundamental sensibilidade que a Psicologia se insere como uma ciência e profissão legitimamente conectada com as vidas dos que sofrem, não apenas para compreender as dinâmicas que gerenciam a dor, mas, principalmente,

²⁸MISSIATTO, Leandro Fonseca. **Colonialidade normativa**. Curitiba: Appris, 2021.

na intervenção cujo foco é a recuperação do humano, sua dignidade e saúde psicossocial.

Todavia, a lacuna produzida pela ausência, durante muito tempo, da Psicologia nas causas dos povos colonizados faz dela, por si só, uma ciência e profissão com histórico de comprometimento com as atrocidades coloniais. De tal modo, nada nos impede de seguramente afirmar que, ao menos na primeira metade do século XIX, a Psicologia esteve estritamente comprometida com o pensamento naturalista que a tornou uma ciência das massas.

O fato é que do passado colonial todos e todas herdamos o ovo da serpente – a colonialidade – isso faz de cada pessoa existente nesse tempo histórico, no qual estamos encarnados, inclusive a Psicologia, filhos diretos de um grande e profundo processo de dicotomia humana e exploração das vidas enunciadas como desqualificáveis de existir. Considerar com responsabilidade e atenção esse lugar do qual derivamos é, sem dúvidas, a atitude que se espera de qualquer ciência séria, principalmente daquelas que possuem como centro das suas ações o ser humano. Uma ciência que secundariza a ontologia do ser social e da sua própria epistemologia ontológica é, no mínimo, digna das mais sinceras desconfianças. Portanto, pensar a Psicologia a partir desse lugar colonial nos dá significativas chances de compreender o que se desenrola atualmente, além de nos possibilitar reinventar a Psicologia enquanto ciência e profissão genuinamente brasileira.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho etnográfico realizada no campo do ciberespaço. Entende-se por estudo etnográfico, uma vez que os objetivos do trabalho buscam compreender o comportamento social e cultural de determinados agentes sociais, a partir dos pressupostos explicitados por Lüdke e André²⁹. Considera-se, ainda, como campo de pesquisa o ciberespaço, uma vez que a coleta de dados foi realizada no ambiente virtual da rede de computadores - Internet³⁰.

As buscas no ciberespaço ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2020. No *Facebook* e *Instagram* utilizaram-se como descritores os

29 LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, Pesquisa em educação: abordagens qualitativas, **Em Aberto**, v. 5, n. 31, 1986.

30 RIFIOTIS, Theophilos, Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, p. 85–98, 2016.

seguintes termos em português: “psicologia conservadora”, “psicologia de direita”, “psicologia cristã”. A busca por *podcasts* ocorreu na plataforma paga *Spotify Premium*, aplicando-se os mesmos descritores.

Tanto as páginas virtuais quanto os *podcasts* foram selecionados a partir dos seguintes critérios: a) expressão de opinião contra direitos de grupos sociais historicamente marginalizados; b) oposição ao atual entendimento da Psicologia quanto à orientação sexual e identidade de gênero; c) apoio deliberado às políticas nacionais de extrema direita; d) autointitulação como conservadores ou de direita.

As páginas do *Facebook*, *Instagram* ou *podcasts* foram analisados a partir do pensamento decolonial, seguindo-se tais procedimentos: a) leitura ou escuta exaustiva dos materiais; b) seleção de trechos, que segundo o pesquisador, possuíam significado representativo; c) análise das teses defendidas nos recortes analisados e verificação de possíveis congruências e incongruências discursivas; d) discussão dos resultados encontrados à luz do referencial teórico e metodológico escolhidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Psicologia é uma ciência que se destaca por seu interesse em compreender o ser humano e seu funcionamento psíquico com objetivo de garantir intervenções que promovam e sustentem a saúde psicológica. No Brasil, estes são os aspectos mais elementares da Psicologia, uma vez que segundo o Código de Ética da Profissão são seus princípios fundamentais:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural³¹.

31 PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, Código de Ética, Código de ética profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia–CFP, 2005.

Ou seja, a atuação em Psicologia deve prezar pela observância, promoção e defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, a saúde mental é compreendida por um viés sofisticado que não admite rupturas entre a dignidade humana e o pleno desenvolvimento psicológico. Para tanto, a Psicologia brasileira se configura de modo altamente complexo e inteiramente entretecido nas necessidades humanas e sociais das distintas populações do país, o que por certo implica em grandes desafios tanto para a formação de novos profissionais quanto para o exercício permanente daqueles e daquelas que atuam na área.

Contudo, as várias preconizações expressas em documentos da Psicologia que objetivam o adequado exercício da profissão não têm se mostrado suficientes para solidificar o pretense apreço que a Psicologia afirma possuir à pluralidade e dignidade humana. Contrapondo-se aos próprios princípios fundamentais da profissão, crescem, em redes sociais, movimentos encabeçados por psicólogas e psicólogos que disseminam ideias e valores que não apenas se contrapõem às sistemáticas diretrizes da Psicologia, mas atuam ativamente para promoção dos históricos processos de violação de direitos humanos no Brasil.

Apresentam-se agora os resultados das buscas realizadas e algumas discussões realizadas em torno de tais questões.

A primeira página identificada com conteúdo conservador foi encontrada no Facebook, cujo título era *Psicologia e Conservadorismo*. Seguida por mais de mil pessoas, a página virtual difunde conteúdos políticos de natureza discriminatória e ultraconservadora. Em uma postagem de 02 de março de 2021, um texto que refletia a importância da família apresentava o seguinte conteúdo: “Pessoas sem família, ou com problemas graves com membros familiares, muito comum entre esquerdistas e pessoas que apoiam ditaduras, tendem a ter menos inteligência emocional, maior subserviência ao estado, maior propensão à criminalidade e as drogas”³².

O texto não trata meramente de convicções ideológicas ou expressão de ideias vertidas de uma visão peculiar de mundo, mas diz respeito, sobretudo, à disseminação de conteúdos entrelaçados em intenso preconceito. As falsas informações servem, nesse sentido, para nutrir o ódio, a intolerância e a polaridade raivosa que se tornou comum na política brasileira. Ao afirmar que famílias de

32 PSICOLOGIA E CONSERVADORISMO. Facebook, 02 mar, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/people/Psicologia-e-Conservadorismo/100063604545396/>. Acesso em: 24 jan. 2020

peças de esquerda apresentam graves problemas entre seus membros, incluindo a criminalidade e o uso problemático de drogas, esse grupo de psicologia criminaliza o Outro que dele diverge ideologicamente, ao mesmo tempo em que propaga o pensamento contraditório como uma ameaça ao equilíbrio e saúde das famílias. Todo esse processo se articula tendo como pano de fundo o apelo emocional à necessidade de proteger as famílias, quais sejam: cisheterossexuais, patriarcais, burguesas, brancas, cristãs, tradicionais e de direita. Proteger tais famílias implica em reconhecer as outras tantas possibilidades familiares como ameaças, logo famílias homoafetivas, monoparentais, poliafetivas, etc. são convertidas em inimigas sociais e como inimigas estão sujeitas a distintas formas de aniquilamento.

No Facebook, também foi encontrada outra página intitulada como *Movimento Psicólogos em Ação*, pertencente ao mesmo movimento que encabeçou a chapa 24 que, em 2019, disputou a eleição para presidência do Conselho Federal de Psicologia. A descrição constante na página é a seguinte:

O MPA - MOVIMENTO PSICÓLOGOS EM AÇÃO é composto por profissionais de diferentes especialidades que atuam na sociedade brasileira e por estudantes de Psicologia. Surgiu em 2015, a partir de um encontro em Brasília, DF, organizado por Rozangela Alves Justino, onde vários profissionais graduados em psicologia, de diversas partes do Brasil estiveram presentes, e constataram que, ao longo dos anos, o Sistema Conselhos de Psicologia têm pautado suas ações em ideologias político-partidárias e em teorias frágeis, pouco fundamentadas na observação dos paradigmas científicos, razão pela qual propuseram-se a criar este *movimento de psicólogos conservadores* [grifos nosso]. A sociedade brasileira tem observado com perplexidade pronunciamentos e posicionamentos de alguns representantes do Sistema Conselho de Psicologia. Além disso, como o Conselho Profissional tem se preocupado em militar por uma política disfarçada de direitos humanos em detrimento da cientificidade, os psicólogos vêm perdendo sua credibilidade, inclusive frente a profissionais, instituições de outras áreas e sociedade brasileira. Portanto, o MPA visa o fortalecimento da identidade profissional, a valorização da história da Psicologia e o apoio a colegas que baseiam suas práticas nas diversas matrizes reconhecidas ao longo da história da ciência psicológica. Dessa maneira, todos contribuem para o enriquecimento da Psicologia como científica e apartidária, o que só tem a valorizar e engrandecer esta ciência. Os psicólogos brasileiros estão na clínica, no

esporte, no hospital, no judiciário, nas organizações públicas e privadas, nas instituições de ensino, dentre outros, atuando na rica diversidade cultural presente e vivida no Brasil. Portanto, se faz necessário garantir a liberdade de pensamento, de expressão e o respeito ao profissional de Psicologia independente do referencial teórico adotado em seu trabalho, desde que baseado em práticas científicas. Diante do exposto, o MOVIMENTO PSICÓLOGOS EM AÇÃO resolveu sair da condição de observador para a de agente, resgatando os anos perdidos para uma Psicologia político-partidária.³³

O movimento autointitulado de psicólogos conservadores afirma que as políticas dos CFP estão disfarçadas de direitos humanos, quando que para eles não passam de militância partidária. A crítica em si é curiosa, uma vez que toda promoção de direitos humanos ocorre em arena política, já que tais direitos são promovidos a partir do diálogo com as instâncias de poder e com os movimentos sociais. Pensar a defesa e promoção de direitos fundamentais à vida, de forma desconectada da ação política é de anacronismo profundo e letárgico. Outra questão envolvida nessa perspectiva é da limitada compreensão da própria militância partidária do MPA, basta lembrar que tal movimento buscou apoio da Ministra Damares Alves em sua campanha à presidência do CFP, ou seja, utilizou de meios partidários e políticos para afirmação de seus interesses. Logo, as declarações constantes na página analisada são de essencialidades de fácil observação, demonstrando o caráter ingênuo, embora bastante persuasivo, das argumentações.

Ao analisar os membros mais notórios do MPA, encontraram-se apoiadores do governo Bolsonaro, que estavam atrelados a práticas explícitas de ações antidemocráticas, ou seja, o MPA deixa evidente seu caráter partidarista e a natureza militante de seu conservadorismo de extrema direita, soterrando de modo notório a sobriedade de seus próprios argumentos a favor de uma Psicologia não partidária e não militante.

Outro fator interessante é que o MPA afirma a liberdade de expressão como um direito aos psicólogos e psicólogas, dando a entender, ser primordial a licença de suas livres expressões ideológicas, principalmente ao que concerne à sexualidade e gênero. A noção dessa suposta liberdade de expressão é passível apenas em horizontes liberais que buscam dentro das engrenagens institucionais amparo para

33 MOVIMENTO PSICÓLOGOS EM AÇÃO. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/psicologosemacao/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

promoção de discursos de ódio, geralmente dirigidos às minorias sociais³⁴. O que chamam de liberdade de expressão trata-se da premissa de uma sociedade que naturaliza o ódio aos sujeitos subalternizados como um direito legítimo, decorre puramente de valores coloniais que, ao longo de toda história moderna, não ousou poupar recursos narrativos para desqualificar, humilhar, animalizar e depravar as identidades negras, indígenas e LGBTQIA+. Considerar as narrativas de patologização das identidades LGBTQIA+ como liberdade de expressão, é um exemplo notório, da violência colonial que sobrevive ainda hoje por meio de ideologias beligerantes que desqualificam os sujeitos não normativos.

Outro conteúdo promovido por psicólogos e psicólogas de orientação conservadora foi identificado na plataforma de áudios *Spotify* Premium, em um *podcast* chamado *Movimento Conservador*, apresentado por uma psicóloga. No episódio intitulado *Ideologização na Psicologia* a apresentadora acompanhada de um psicólogo e professor de Psicologia, discutem o que chamam de aparelhamento ideológico na profissão. Durante mais de uma hora os participantes apresentaram ideias que demonstram, conforme suas narrativas, que a Psicologia tem engendrado um programa de esquerda que opera na subversão dos fundamentos da profissão. Durante o *podcast* abordaram assuntos como feminismo e gênero, sempre sob perspectivas conservadoras. O psicólogo entrevistado se referiu, por exemplo, ao uso da flexão de gênero não binarista que alguns conselhos da categoria têm utilizado – prezades, prezadxs, prezad@s – como forma intencional de adulterar a linguagem para manipular o comportamento das pessoas. Trata-se, em sua visão, de uma estratégia que decorre de todo o histórico processo de ideologização das pós-graduações em Psicologia que difundem valores que atentam contra a legítima ordem social. Os participantes criticaram ainda a atuação do CFP por defender o direito feminino ao aborto e proteger a pluralidade sexual de terapias de “conversão sexual”, além daquilo que chamam de militância de esquerda³⁵.

Destaca-se que a questão de gênero é um dos assuntos mais abordados por esses grupos, no que eles denominam pejorativamente de “ideologia de gênero”.

34 FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de, Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão, **Sequência (Florianópolis)**, p. 327–355, 2013.

35 MOVIMENTO CONSERVADOR. Ideologização na Psicologia. Movimento Conservador (2021). [Podcast]. Disponível em: <https://soundcloud.com/movimento-conservador/pmc-41-ideologizacao-na-psicologia>. Acesso em: 24 jan. 2020.

Butler³⁶ pontua a importância da marcação de gênero normativa binária, que se estabelece arbitrariamente, através de discursos e práticas sociais normatizadoras do conceito homem/mulher, feminino/masculino. Esta classificação estabelece relações de poder linguísticas e políticas apriorísticas da formação do sujeito, como resultado, se tem representações estabelecidas por caráter biológico, que estabelecem o “lugar” do sujeito no mundo. No caso do masculino, temos seu lugar social dominante delimitado por um figurativo de gênero superior dentro de uma estrutura de poder patriarcal.

Observa-se a partir da atuação desses grupos de psicologia conservadora que suas ideias são prioritariamente disseminadas em redes sociais, o que lhes garante amplo alcance não apenas entre profissionais da Psicologia, mas entre a comunidade como um todo, o que por certo contribui para a desorientação da sociedade, principalmente entre os que não são especialistas da área, quanto ao que é a Psicologia de fato e quais são seus princípios. Outro elemento de fácil constatação é que os grupos que encabeçam esse movimento de psicologia conservadora estão amparados em sua maioria pelo fenômeno bolsonarista e como parte desse fenômeno encampam até mesmo ataques às instituições democráticas, como foi o caso do psicólogo Renan Moraes Souza, preso em junho de 2020, por ordem do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, acusado de disparar fogos de artifícios contra a Suprema Corte³⁷. Renan Moraes faz parte do grupo *300 do Brasil*, grupo armado de extrema direita constituído por apoiadores de Jair Bolsonaro, o movimento era liderado por Sara Winter, que também já foi presa por mobilizar ataques ao STF.

Embora, sejam cada vez mais significativas a quantidade e a profundidade das ações extremistas promovidas por psicólogos e psicólogas radicais que se autointitulam como conservadores de direita, a Psicologia tem dedicado pouco espaço para discutir a natureza desse fenômeno, o que se observa é um denso conjunto de trabalhos críticos que abordam o conservadorismo e o extremismo nas políticas perpetradas pela direita radical no país. Todavia, a crítica interna é sensivelmente rarefeita, o que colabora, mesmo que indiretamente, para que movimentos dessa natureza ganhem paulatinamente espaço dentro da Psicologia,

36 BUTLER, Judith, **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**, [s.l.]: Editora José Olympio, 2018.

37 RENATO SOUZA; PERES, Sarah, Bolsonarista investigado por ataques contra o STF será levado à PF, **Correio Brasiliense**, 2020.

corroendo-a de dentro para fora e corrompendo-a virulentamente. Para se ter ideia, em uma rápida investigação em *sites* de busca da Internet e na Biblioteca Eletrônica Científica Online, *Scielo*, por meio dos seguintes descritores: psicologia conservadora; psicologia de direita; extremismo em psicologia, nenhum resultado foi encontrado, seja na modalidade de artigos científicos ou mesmo discussões da psicologia sobre esse assunto. Isso demonstra a desconfortável ausência de críticas da Psicologia a si mesma em assuntos dessa envergadura.

O fato é que, enquanto a Psicologia silencia essa discussão, uma imensa onda de posicionamentos internos extrapolam ao direito à pluralidade e diversidade de pensamento, fundamentos que tanto aprazem essa ciência e profissão. Sustentados por uma noção restrita, individualizada e desresponsabilizada do princípio constitucional da liberdade de expressão, esses grupos avocam os históricos processos de produção e proliferação das múltiplas e interseccionais desigualdades às quais estão sujeitas as populações periféricas no Brasil, a fim de legitimar suas posições hegemônicas. Liderados por identidades massivamente brancas, cisheterossexuais, patriarcais, cristãs e burguesas, os grupos conservadores radicais dentro da Psicologia refletem a elite eurocêntrica colonial e desnudam uma realidade irrefutável: a Psicologia brasileira é demasiadamente colonial e colonizadora. Tal cenário impõe a nós um paradoxo de insustentável negação – enquanto discursos apontam para promoção, proteção e valorização de todas as vidas, infiltrado na Psicologia se encontra um conjunto de práticas e valores que atentam justamente contra os direitos fundamentais do ser humano.

Para pensar tais questões, é preciso considerar, com acentuado rigor, que a Psicologia resulta dos processos de formação desse país e nunca esteve imune ao substancial projeto de dominação executado aqui por meio de políticas, outrora coloniais e atualmente marcadas pela colonialidade. Enquanto ciência, a história da Psicologia decorre do pensamento local provindo da Europa que pelo encontro colonial tratou de universalizar as narrativas e saberes eurocêntricos, que mais do que representar as compreensões sobre o funcionamento psíquico humano refletiam as cosmovisões que simbolizavam de inúmeros modos a pessoa europeia. Nesse sentido, a Psicologia, transportada para o Brasil, via Atlântico colonial, não trata meramente de métodos científicos, mas essencialmente de uma forma de produção de conhecimento local que pela força da presunção de superioridade se materializou

como discurso global, soterrando as diferentes percepções, saberes e vivências naquilo que Walter Mignolo³⁸ definiu como diferença colonial. Segundo Mignolo, a diferença colonial fundamenta a colonialidade do poder por ser o lugar concreto e simbólico em que histórias que antes eram locais conflitam com histórias locais na perspectiva de universalizar aquelas narrativas. Trata-se de um processo de disputas simbólicas e materiais entre os povos colonizadores e os colonizados, que pela violência do europeu impôs as cosmologias eurocêntricas como única narrativa possível ao mundo moderno, silenciando, em consequência, as visões, experiências e saberes dos povos dominados.

A Psicologia, de tal modo, possui no Brasil, como em toda a América Latina, uma gênese eurocêntrica, o que fez com que durante muito tempo sua pauta de ação estivesse articulada aos princípios que negavam as condições específicas dos povos do Sul-global e prolongasse nesses territórios a visão hegemônica do pensamento colonial. Embora a obviedade dessa questão não cause estranhamento, assombra a limitada discussão desse passado que se perpetua como presente a partir das reiteradas manifestações dentro da Psicologia que tratam de reativar os lugares, epistemologias e práticas hegemônicas de dominação a partir da defesa conservadora dos valores coloniais.

Diante disso, como aponta Bock³⁹, o ideal de progresso capitalista, foi fundamental para a implementação das primeiras áreas em Psicologia no Brasil, voltadas principalmente para os meios organizacionais e educacionais, servindo para a categorização e disciplinarização de indivíduos. É no horizonte de tais processos coloniais que em 1962 a Psicologia foi reconhecida como profissão no Brasil, tendo em seu bojo, já muito bem cimentado os interesses das elites nacionais. É importante destacar, que em sua gênese a Psicologia no Brasil foi instrumento de dominação e legitimação das desigualdades sociais. O movimento crítico na Psicologia brasileira é relativamente novo, iniciou-se em meados de 1980, mas está longe de ser um movimento dominante no desenvolvimento desta ciência no país.

Neste contexto, irrompe pensar que os discursos conservadores são conservadores porque urgem em manter o tradicional, e o tradicional é aquilo que

38 MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

39 BOCK, Ana, A Psicologia no Brasil, **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. Esp., p. 246–271, 2010.

vigora nos centros sociais por serem arbitrariamente atribuídos de legitimidade. Para tanto, os conservadores buscam conservar as históricas posições de privilégio gerenciadas pela branquitude, cisheterossexual, patriarcal, cristã e burguesa. Quando convocam à defesa da família, dos valores e da ordem nacional, fazem-no na intenção de proteger os núcleos de poder constituídos por tais grupos hegemônicos. Assim, uma psicologia conservadora, como esta que aqui ocupamos em demonstrar, diz respeito a uma psicologia que se coloca a serviço justamente dos núcleos de opressão, garantindo que as estruturas de desigualdades não sejam perturbadas. O trabalho dessa psicologia é o de manter ativas as engrenagens de exploração não permitindo que os sistemas que arquitetam e executam a morte nas periferias do Brasil sejam de qualquer modo contestados. Tal psicologia não nasce em resposta aos avanços da esquerda ou dos movimentos libertários liderados pelas margens, pelo contrário, ela sempre esteve aí, habitando nas tradicionais zonas demarcadas pela colonialidade, sendo para os povos marginalizados o discurso dominante.

Em estudo realizado por Carvalho e Missiatto⁴⁰, com estudantes de psicologia de uma instituição de ensino superior do centro-sul de Rondônia, Amazônia sul-ocidental, cujo objetivo foi verificar a percepção de estudantes no estágio profissionalizante sobre raça e classe e suas manifestações na clínica psicológica, constatou-se que predominantemente os discentes não possuíam habilidades para compreender os fenômenos psicossociais do racismo e das desigualdades de classe, bem como não tinham repertório para intervenção clínica pautada em evidências. O estudo sugere que a formação em Psicologia no sul da Amazônia precariza questões étnico-raciais e de classe, o que se alinha em últimas análises à massiva branquitude na profissão que tende, obviamente, a ocultar tais temáticas, que não podem ser reivindicadas ante a ausência de identidades negras dentro da Psicologia.

40 CARVALHO, Fábio Rodrigues; MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca, Raça e classe na clínica psicológica: concepções de estagiários do interior da Amazônia ocidental, **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021.

Em estudo de Denes, Carvalho, Souza, Missiatto e Silva⁴¹, cuja intenção foi analisar os projetos político pedagógico de doze cursos de Psicologia de Rondônia, verificou-se que questões amazônicas, étnico-raciais, gênero e classe social, são basicamente negligenciadas nos programas de curso analisados, fazendo pensar a quem é oferecida a formação em Psicologia na Amazônia? Quais narrativas são privilegiadas e quais são colocadas às margens, quando o assunto é saúde mental? A resposta articulada pelos pesquisadores é: a Psicologia edificada em Rondônia ainda não está suficientemente sensível aos mais pobres, aos assolados pelas desigualdades ambientais, aos que são feridos por políticas e ontologias de opressão que degradam tão ferozmente a vida na Amazônia.

Outro trabalho interessante que pode sustentar ainda mais esse entendimento é o realizado por Alberto Mesaque Martins⁴² que discute, a partir de uma pesquisa qualitativa, a percepção de estudantes de Psicologia sobre o meio rural. Martins identificou que entre os entrevistados predominava a noção de que o meio rural é ocupado por analfabetos, caipiras, jecas, desatualizados e ignorantes que viviam em extrema pobreza. Ainda segundo o estudo, dos 38 participantes, 53% desejavam seguir carreira na área da saúde, 31% na psicologia organizacional e do trabalho, 6% na educacional e 6% na jurídica, ninguém apresentou interesse por desenvolver estudos ou mesmo atuar na área rural. Os resultados da pesquisa atentam para uma realidade no mínimo preocupante – o desconhecimento e descaso com que questões sociais tão importantes como aquelas associadas à terra e suas desigualdades são abordadas pela Psicologia. Em um país no qual o agronegócio legítima a destruição da natureza, vilipendia os direitos humanos de povos tradicionais e coloca em risco o futuro de toda a humanidade, o desinteresse por tais questões só faz sentido em uma profissão que atue na esteira da destruição imposta pelo grande capital.

Enfim, a psicologia conservadora opera por meio da defesa dos velhos valores coloniais que normatizam o ser humano a partir da branquidade, da cisheterossexualidade, cristandade e classe social. Para a superação dessa

41 DENES, et al. A formação em psicologia na Amazônia ocidental – entre a dominação hegemônica e as desigualdades – uma análise das grades curriculares de Rondônia, *in*: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; SILVA, Leila Gracieli da (Orgs.), **Insurgências amazônicas: saberes e fazeres em Psicologia**, 1. ed. [s.l.]: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - EDUFRO, 2021.

42 MARTINS, Alberto Mesaque *et al*, A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário, **Psicologia Ensino & Formação**, v. 1, n. 1, p. 83–98, 2010.

realidade, a Psicologia, aquela que se encontra pautada na promoção e defesa de direitos humanos, necessita decolonizar radicalmente suas bases de formação para que seja capaz de dentro para fora de promover uma consistente e eficiente luta em defesa da vida. Nesse processo, o que está em questão não é o sucumbimento da diversidade de pensamento entre os participantes da Psicologia, mas a garantia de que, independente das várias perspectivas entre seus profissionais, o que ilumina a todas e todos é a defesa irrestrita do ser humano em sua forma mais completa, equânime e digna.

Posto isso, cabe destacar que uma Psicologia Decolonial e decolonizada só é possível diante de um pensar e viver nos moldes da transmodernidade de Dussel⁴³, em que não existe como válidos apenas uma única narrativa e projeto de modernidade ou de saberes, mas múltiplas modernidades, com múltiplos projetos, todos respeitando as peculiaridades dos seus locais e tempos de existência e operando para o bom funcionamento do todo do qual fazem parte. Faz-se necessário ainda que o pensar psicológico esteja pautado naquilo que Walter Mignolo⁴⁴ chamou de pensamento limiar, pensamento que consiste no diálogo traçado entre periferias e centro a partir da valoração das diferenças, em que as margens falam aos centros e suas narrativas são prestigiadas. À medida que esse diálogo acontece, as fronteiras entre centro e margem se diluem, destituindo da história o binarismo núcleo-periferia.

Para tanto, enquanto a psicologia conservadora está sedimentada na colonialidade e em seus valores, a Psicologia Decolonial se constrói nos territórios dos subalternizados, com todas as pessoas que tiveram suas vidas sangradas pelo poder opressor da colonialidade, com aqueles e aquelas que foram tensionados às periferias do ser social. É uma Psicologia que se materializa na escuta e aprendizado com os povos silenciados pelo peso da única narrativa prestigiada por meio da universalidade das cosmovisões eurocêntricas. A Psicologia Decolonial é, nesse sentido, um enfrentamento concreto e direto ao elitismo, segregacionismo, opressão e capitalismo devastador que se encontra dentro da Psicologia como feridas abertas pela colonização dos territórios simbólicos e concretos do Sul-global.

43 DUSSEL, Enrique, Agenda para um diálogo Inter-filosófico Sul-Sul, **Filosofazer (impressa)**, v. 41, n. 2, 2016.

44 MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Diante disso, uma Psicologia Decolonial se manifesta como um projeto de resistência emaranhado nos povos dominados, ou seja, seu aprendizado se dá na experiência com os movimentos sociais, com os saberes e resistências dos povos originários, afrodescendentes, migrantes, comunidade LGBTQIA+, enfim, com as populações que resistem secularmente ao imperialismo colonial que insiste em mercantilizar e descartar a vida da natureza e dos dominados, como se fossem naturalmente nus de direitos. Para isso, urge que voltemos a nos nutrir com a seiva de saber que alimentou nossos ancestrais, lançar raízes profundas na vida e memória dos silenciados para nos reconhecermos como povos do Sul-global e adotarmos como nosso o projeto de insurgência contra a conclusão dos anseios coloniais.

A Psicologia Decolonial é uma alternativa valiosa para a superação dessa psicologia conservadora que se encontra pactuada com os tradicionais valores normativos da raça, gêneros e classes hegemônicas, ao mesmo tempo em que é para a própria Psicologia a possibilidade do exercício coerente de seus princípios e fundamentos. Contudo não se pode ser alcançada com obsoletos idealismos, mas por meio de luta diária e escolhas claras por aqueles que sofrem, não admitindo, nem mesmo em abstratos sentidos semânticos, a desqualificação e opressão dos que não ocupam lugar de poder em nossa sociedade atual.

As discussões que foram aqui traçadas evidenciam o inescapável: a natureza política da Psicologia. No campo do trabalho, da saúde mental, da educação, da produção e validação de subjetividades, na natureza, enfim, em áreas variadas em que a Psicologia se insere como ciência e profissão, e mesmo em sua estrutura interna, operam práticas políticas que afetam e são afetadas pelas dinâmicas sociais⁴⁵. O que os dados desta pesquisa demonstraram é a existência de ideologias políticas dentro da Psicologia que se encontram pactuadas com o projeto colonial e neoliberal que ferem a dignidade humana e fogem aos valores e fundamentos dessa ciência e profissão. Enquanto segmentos disseminam a ideia anacrônica de uma Psicologia neutra, flertam politicamente com movimentos e ideologias que têm como sustento a dicotomia humana, a segregação de certos grupos sociais, a marginalização daqueles que não se inserem na brancura, cisheterossexualidade, burguesia e conservadorismo. Diante disso, a Psicologia de cunho decolonial tende a contribuir

45 GORJON, Melina Garcia, Los síntomas de la colonialidad en psicología con el escenario político del gobierno Bolsonaro, **Revista Psicología Política**, v. 21, n. 50, p. 74–86, 2021.

com a Psicologia Política a partir da produção de críticas que favorecem a compreensão da realidade, tanto social quanto interna da Psicologia, por meio de instrumentos teórico-metodológicos genuínos, já que são reflexões tipicamente latino-americanas, definitivamente comprometidas com a emancipação dos povos do Sul⁴⁶.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre o avanço do pensamento ultraconservador de extrema direita entre psicólogos e psicólogas naquilo que os adeptos a esse movimento autointitulam de psicologia conservadora, além de suas conexões com grupos extremistas de direita e a necessidade de uma revolução decolonial para superação dos limites impostos pela colonialidade. Os resultados encontrados indicam que a pauta de defesa da psicologia conservadora se alinha com os valores coloniais que buscam resguardar os históricos privilégios de grupos brancos, cisheterossexuais, patriarcais, cristãos e burgueses, o que indica que essa psicologia conservadora opera conflitivamente aos princípios da Psicologia, que pretende ampla e profunda defesa aos direitos humanos, principalmente dos mais vulnerabilizados.

Verificou-se ainda que, embora a psicologia conservadora reúna crescente número de adeptos e se instaure como um desconcertante paradoxo à Psicologia, esse não é um tema que vem sendo discutido dentro da profissão, o que implica, em termos práticos, a uma cooperação indireta ao avanço do pensamento ultraconservador e extremista entre psicólogos e psicólogas do Brasil.

Por fim, enquanto a psicologia conservadora se sustenta na colonialidade, a superação dessa realidade se materializa por meio de uma Psicologia Decolonial, radicada na transmodernidade e no pensamento limiar. Ou seja, uma Psicologia Decolonial é aquela que se encontra centrada na defesa dos direitos humanos, mas não em mera perspectiva epistemológica, e sim pela efetiva presença nas periferias, com os subalternizados e subalternizadas do mundo.

Para efetivação da Psicologia Decolonial emerge a necessidade de profundas alterações nos currículos de formação, oferecendo, desde a base acadêmica,

46 ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne, Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política, **Revista Psicologia Política**, v. 15, n. 34, p. 647–661, 2015.

acesso aos saberes periferizados e às culturas silenciadas. Esses currículos também devem estar minuciosamente atentos às demandas loco-regionais, à natureza sociopolítica da saúde e do adoecimento mental, validando e prestigiando os saberes historicamente marginalizados. Essa Psicologia se faz com a própria decolonização do saber e das subjetividades afirmadas nos campos epistêmicos e práticos da profissão, aprendendo permanentemente com os modos de vida arquitetados em comunhão com o bem-comum, com a natureza, com as gnosias subalternizadas, ou seja, a decolonização da Psicologia só pode ser materializada através do encontro com aqueles que são interditados aos circuitos de poder e por meio de uma experiência comum com aqueles que caminham ao longo da história da humanidade pela afirmação do direito à pluralidade.

Referências

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n. 34, p. 647–661, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&tlng=pt

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: Bock AMB, organizadora. **Psicologia e o compromisso social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; 2003. v. 1, p. 15-28.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. [s.l.]: Editora José Olympio, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 2020.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, p. 323–345, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6D5zmtb3VK98rjtWTQhq8Gg/?format=pdf&lang=pt>.

CARVALHO, Fábio Rodrigues; MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Raça e classe na clínica psicológica: concepções de estagiários do interior da Amazônia ocidental. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33250991>.

DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos UFSJ**, n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2357>.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. [s.l.]: Autêntica, 2019.

DENES, ET AL. A formação em psicologia na Amazônia ocidental – entre a dominação hegemônica e as desigualdades – uma análise das grades curriculares de Rondônia. In: FERNANDES, Eliane Gamas; LOPES, Fabrício Ricardo; SILVA, Leila Gracieli da (Orgs.). **Insurgências amazônicas**: saberes e fazeres em Psicologia. 1. ed. [s.l.]: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - EDUFRO, 2021. Disponível em: <https://edufro.unir.br/uploads/08899242/Colecao%20pos%20UNIR/05%20INSURGeNCIAS%20AMAZONICAS.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro**. 2020. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/perfildecategoria/2016/psicologosMercadoTrabalho.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. *Estudos e pesquisa*, n. 96, 2020. Disponível em: <

<https://www.Dieese.org.br/estudosepesquisas/2020/estPesq96covidTrabalhoDomestico.pdf>>.

DO PSICÓLOGO, **Código de Ética Profissional**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, agosto de 2005.

DUSSEL, Enrique. **Agenda para um diálogo Inter-filosófico Sul-Sul**. Filosofazer (impressa), v. 41, n. 2, 2016.

FOUCAULT, Michel. **É preciso defender a sociedade**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. [s.l.]: Boitempo Editorial, 2020.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência** (Florianópolis), p. 327–355, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2013v34n66p327>.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. [s.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GORJON, Melina Garcia. Los síntomas de la colonialidad en psicología con el escenario político del gobierno Bolsonaro. **Revista Psicologia Política**, v. 21, n. 50, p. 74–86, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000100006&lng=pt&tlng=pt.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Em Aberto, v. 5, n. 31, 1986.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: Hollanda, H. B. (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos**

Feministas, v. 22, p. 935–952, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>.

MACEDO, Cleber Michel Ribeiro de; SÍVORI, Horacio Federico. Repatologizando a homossexualidade: a perspectiva de “psicólogos cristãos” brasileiros no século XXI.

Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 18, n. 4, p. 1415–1436, 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.12957/epp.2018.42242>.

MARTINS, Alberto Mesaque; ROCHA, Maria Isabel Antunes; AUGUSTO, Rosely

Carlos; et al. A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate

necessário. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 1, n. 1, p. 83–98, 2010. Disponível

em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v1n1/08.pdf>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & ensaios, v. 2, n. 32, p. 122–151, 2016.

MIGNOLO, W. Histórias locais/projetos globais: **Colonialidade, saberes**

subalternos e pensamento liminar (S. R. Oliveira, Trad.). Editora UFMG, 2003.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. **Colonialidade normativa**. [s.l.]: Editora Appris, 2021.

MOVIMENTO CONSERVADOR. Ideologização na Psicologia. In: [s.l.: s.n., s.d.].

Disponível em: <[https://soundcloud.com/movimento-conservador/pmc-41-](https://soundcloud.com/movimento-conservador/pmc-41-ideologizacao-na-psicologia)

[ideologizacao-na-psicologia](https://soundcloud.com/movimento-conservador/pmc-41-ideologizacao-na-psicologia)>.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, n. 01,

p. 15–40, 2010. Disponível em: [https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0102-](https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002)

[46982010000100002](https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002).

PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, **Código de Ética**. Código de ética profissional do Psicólogo. Conselho Federal de Psicologia–CFP. 2005.

PUTTI, Alexandre. Damares recebe grupo de ex-gays e psicólogos que defendem a cura LGBT. Carta Capital, 2019. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/politica/damares-recebe-grupo-de-ex-gays-e-psicologos-que-defendem-a-cura-lgbt/>>.

QUIJANO, A Colonialidade. poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, v. 37, n. 37, p. 4–28, 2002. Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF.

RENATO SOUZA; PERES, Sarah. Bolsonaroista investigado por ataques contra o STF será levado à PF. Correio Brasiliense, 2020. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/06/17/interna_cidadesdf,864636/bolsonarista-investigado-por-ataques-contra-o-stf-sera-levado-a-pf.shtml>.

RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. In J. Segata & T. Rifiotis (Orgs.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Editora Letradágua, 2016.

TEIXEIRA, Thiago. **Decolonizar valores, ética e diferença**. 1. ed. [s.l.]: Devires, 2021.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18–26, 2017. Disponível em:

<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/842>.